

## **CONHECENDO O HISTÓRICO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM HUMAITÁ/AM**

Eliane Acácia da Silva  
Jusiany Pereira da Cunha dos Santos

### **RESUMO**

A finalidade desta pesquisa foi conhecer como surgiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas públicas no município de Humaitá-Amazonas. Relatando um breve histórico das lutas das pessoas com deficiência no Brasil, o que é AEE, o que é SRM, as principais dificuldades encontradas nos lócus da pesquisa, o que privilegia a aprendizagem desses alunos após a criação do AEE. Dessa maneira, os objetivos almejam explicar sobre políticas que resultaram na conquista da sala de recursos multifuncionais como serviço prioritário para a política educacional brasileira para as pessoas com deficiência em nosso município. Uma trajetória de lutas em favor do direito à cidadania e a educação. Para entender o processo de aprendizagem das pessoas com deficiências, a pesquisa traz algumas referências bibliográficas como: MAZZOTA (2005), JANNUZI (2004), GÓES (2007), ROPOLI (2010), MANTOAN (2005), Leis e documentos como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, Constituição (1988), Declaração de Salamanca (1994), Resolução CNE/CEB 2/2001, Portaria Normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007, Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Tem como abordagem a pesquisa qualitativa baseada nos estudos de Gonsalves (2007) e outros autores utilizados na metodologia como RODRIGUES (2007) e RUIZ (2006). A partir disso, segue a definição dos procedimentos metodológicos, tanto o instrumento de pesquisa quanto o público-alvo são apresentados, na análise e nos resultados da pesquisa precedendo as considerações finais. A pesquisa envolveu duas escolas, três professores. Os resultados constataram oferta do AEE de modo substitutivo pois antes já existia um atendimento especializado chamado Sala Especial na década de 90 e falta de mais implantação de SRM tanto em escolas municipais, como em escolas estaduais. A pesquisa tende a contribuir o compartilhamento de experiências e compreensão da educação das pessoas com deficiência em nosso município.

**Palavras chave:** Inclusão, Salas de Recursos, Alunos com Deficiência.

### **ABSTRACT:**

The purpose of this research was to know how the Specialized Educational Assistance (AEE) appeared in the Multifunctional Resources Room (SRM) in public schools in the municipality of Humaitá-Amazonas. Reporting a brief history of the struggles of people with disabilities in Brazil, what is ESA, what is SRM, the main difficulties found in the locus of the research, which privileges the learning of these students after the creation of ESA. In this way, the objectives aim to explain the policies that have resulted in the achievement of the multifunctional resources room as a priority service for the Brazilian educational policy for people with disabilities in our city. A trajectory of struggles in favor of the right to citizenship and education. In order to understand the

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

learning process of people with disabilities, the research brings some bibliographical references such as: MAZZOTA (2005), JANNUZI (2004), GÓES (2007), ROPOLI (2010), MANTOAN (2005), Laws and documents as Law of (1998), Declaration of Salamanca (1994), Resolution CNE / CEB 2/2001, Normative Ordinance No. 13 of April 24, 2007, Decree No. 7,611, dated November 17, 2011. It has as its approach the qualitative research based on the studies of Gonsalves (2007) and other authors used in the methodology as RODRIGUES (2007) and RUIZ (2006). From this, it follows the definition of the methodological procedures, both the research instrument and the target audience are presented, in the analysis and in the results of the research preceding the final considerations. The research involved two schools, three teachers. The results showed that the ESA offer was substitutive since before that there was already a specialized service called the Special Room in the 90s and there was a lack of more SRM implantation in both municipal schools and state schools. The research tends to contribute to the sharing of experiences and understanding of the education of people with disabilities in our municipality.

**Keywords:** Inclusion, Resource Rooms, Students with Disabilities.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge pela necessidade de analisar os resultados obtidos da pesquisa “Sala de Recursos Multifuncionais: Contribuições na inclusão de alunos com deficiência uma escola Estadual e outra municipal de Humaitá-Amazonas”. Teve como problemática: Como surgiu a Sala de Recursos Multifuncionais. As questões norteadoras que direcionaram a pesquisa foram: como se surgiram essas salas, se foi primeiro no município ou no estado, e as atividades nas salas de recursos existente na escola. Quais programas de formação continuada são destinados aos docentes da SRM. Quais as características e ou deficiência apresentadas pelos alunos que são atendidos na SRM. Como os serviços da SRM estão sendo implantados e avaliados pelos profissionais envolvidos nesse contexto.

Nosso interesse em trazer para o campo da pesquisa a inclusão de alunos com deficiência, pois o conhecimento sobre a temática em exposto, por certo, muito contribuirá na formação universitária, e na condição de profissional em educação não podemos deixar a oportunidade proporcionada pelo curso de Pedagogia de tamanha importância para área educacional.

O relatório contém dados sobre a pesquisa realizada na Escola Estadual Álvaro Botelho Maia e Escola Municipal Irmã Carmem, no município de Humaitá- AM. O

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

objetivo deste trabalho é analisar os dados obtidos na pesquisa para conhecer sobre a história da educação especial, no Município de Humaitá-Amazonas, conhecer como se desenvolveu o início das atividades nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM e como está nos dias atuais. A pesquisa tem como abordagem qualitativa baseada nos estudos de Gonsalves (2007). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e questionário com alguns professores que trabalham no Atendimento Educacional Especializado - AEE e são responsáveis pela SRM das escolas pesquisadas.

Para compreendermos melhor sobre o AEE, o processo de aprendizagem das pessoas com deficiências, a pesquisa traz algumas referências bibliográficas. Para tentar explicar quem é o aluno considerado deficiente. Consideramos este esclarecimento importante, pois as pessoas com deficiências que ainda são taxadas por vários nomes inventados por alguns que não tem ideia do que seja uma deficiência.

Durante a pesquisa verificou-se quando e como começou o Atendimento Especializado, se na época os docentes tinham alguma formação para atuar no AEE, quais os cursos de formação continuada em educação especial foram promovidos pelo município, estado ou outra instituição, quantos alunos eram atendidos, quais eram as deficiências que eles tinham, onde funcionava a SRM.

Com isso, este trabalho será organizado da seguinte forma: Introdução – abordaremos a temática e justificaremos a pesquisa. Na Fundamentação Teórica apresentaremos um breve histórico sobre a história das pessoas com deficiência no Brasil. Desenvolvimento, abordaremos decorrer do texto autores e documentos que contextualizam a educação das pessoas com deficiência, após abordaremos a metodologia utilizada. A partir disso, segue a definição dos Contexto Metodológico: instrumento de coleta, Locus e sujeito da pesquisa, Método de análise da pesquisa. Para finalizar o resultado da pesquisa e conclusão, realizada na Escola Estadual Álvaro Botelho Maia e Escola Municipal Irmã Carmem, por fim referências bibliográficas.

Portanto esta pesquisa trata se de uma análise da história do atendimento aos alunos com deficiência até os dias atuais, as políticas públicas, leis que garante a obrigatoriedade da SRM nas escolas públicas. A diferença do trabalho do AEE para o desenvolvido na sala de aula comum, que período os alunos frequentam a SRM, como é

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* organizado o Plano de atendimento, quem são os profissionais que podem atuar, dificuldades e encontradas, deficiências apresentadas pelos alunos, formação do professor e visão atuante na escola pesquisada. Sabemos que a educação das pessoas com deficiência é uma história de lutas que ocorreram gradativas e ainda falta muito a ser conquistado.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Foram na Europa e Estados Unidos que surgiram os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes que levaram outros países como o Brasil a tomar medidas educacionais onde alguns brasileiros, segundo Mazzota (2005) iniciaram a organização de serviços para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e físicos.

Segundo Jannuzi (2004), a educação das crianças com deficiência surgiu institucionalmente, no conjunto das concretizações das ideias liberais que tiveram divulgações no Brasil no fim do século XVIII e no começo do XIX. Foi um liberalismo que lutou pela educação primária, fundamental ao povo. Há vários relatos na história, que começa com a chegada da Corte portuguesa no Brasil, então a educação de pessoas com deficiência começa a mudar.

A história da educação brasileira, de modo geral por muitos anos não foi motivo de preocupação, pois só quem estudava era os filhos da classe dominante. Eles eram enviados a outros países para estudar e só voltavam quando terminavam, isso quando voltavam. Com isso não havia motivo de preocupação com a educação principalmente em relação aos alunos com deficiência.

A questão da Educação Inclusiva e Educação Especial é histórica e vem evoluindo ao longo do tempo, à custa de muita luta e debate em torno do tema. A família escondia o deficiente em casa, não era exposto a sociedade, ele tinha uma vida recolhida. Portanto, era completamente segregado, e o tratamento que recebia era de caridade.

Quando se começa o processo de institucionalização no tratamento daquelas pessoas dependendo do tipo de deficiência, pois não era para todas. Então essa pessoa era encaminhada para este estabelecimento, que ia tratar de pessoa com aquele mesmo tipo

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* de deficiência. Esta norma de institucionalização durou por muito tempo, e várias foram as instituições, criadas, muitas delas sob o âmbito de caridade para tratar de criança, jovem, adolescente e de adultos com necessidades especiais.

Após isso, começa um processo de desinstitucionalização, ou seja, tirar estas pessoas de verdadeiras prisões, e trazê-las para o convívio social, com isso o que se pretendia era uma normalização. Tornando os indivíduos com alguma deficiência aparentemente “normais”, tratando de capacitá-los para que eles pudessem se integrar novamente aos padrões exigidos pela sociedade. Esta era a nova fase que, as pessoas com deficiências precisavam ser, capacitadas e preparadas para poderem se integrar no convívio social.

Com a criação da Constituição Federal em 1988, em seu Artigo 205, ficou estabelecido que o Estado tinha o dever com a Educação. E em seu artigo 208, III, ficou estabelecido que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deveria ser, preferencialmente, na rede regular de ensino”. Durante anos essa educação era muito particular, esses alunos eram encaminhados para escolas especializadas do tipo que atendia a sua deficiência, para não passarem por constrangimento social. Os pais eram orientados a não procurar a escola regular, mas sim uma escola especializada.

Na década de 1990, foi marcada a educação no Brasil, com da Declaração de Salamanca, por ficar instituído que toda pessoa teria direito à educação. Mesmo com a Constituição garantindo a educação das pessoas com deficiência na rede regular, a escola não era preparada para receber essas pessoas. A Declaração de Salamanca mostrar que a escola precisaria adaptar-se para receber todo tipo de pessoa.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas (superdotadas), crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.17 -18).

Além do acesso à escola, precisam ser dadas a elas, condições de permanência neste ambiente, a escola é o meio mais favorável para a educação de todas as pessoas. Uma educação inclusiva, uma política de justiça social para beneficiar a todos os alunos,

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* principalmente os com deficiências. Toda a pessoa tem direitos iguais independente de suas características, a Declaração atribui o combate as atitudes discriminatórias nas escolas para construir uma sociedade integradora. Segundo Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p.1).

A inclusão é um processo educacional que busca atender a criança com deficiência na escola regular de ensino, para que isso aconteça é fundamental o suporte dos serviços da área de Educação Especial por meio dos profissionais.

A escola é uma instituição que deve viabilizar aos seus educandos um ambiente saudável, acolhedor que proporcione condições de comunicação que garantam a aprendizagem. O processo de aprendizagem se funde a interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio. Segundo (MANTOAN, 2004), a inclusão de alunos com deficiência é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes seguimentos, mas essa inserção nada mais é de garantir o direito constitucional independente de suas necessidades, ter uma educação de qualidade, a inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com as diferenças.

A LDBEN, 9.394/96, em seu Artigo 58, fala que o atendimento educacional especializado deve ser preferencialmente na rede regular de ensino. É na escola que os alunos devem ser escolarizados, as instituições especializadas não tinham uma estrutura organizacional das escolas regulares. A Educação Especial torna-se modalidade de ensino deve se dá na escola.

Uma educação onde a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. Após tantos movimentos dos deficientes em busca de direitos não só educacionais, mas outros para facilitar sua convivência social, conseguiram algumas

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* conquistas com a educação inclusiva. Uma dessas conquistas, foi o AEE, que deve ser oferecido obrigatoriamente, gratuito, um serviço da educação especial.

Segundo Parecer CNE/CEB nº 17/2001 neste documento traz a diferenciação curricular para casos específicos na educação básica, para que a escola faça de acordo com a necessidade de cada aluno. Assim,

Ao lado do possível benefício educacional de esmaecer o foco nas condições deficientes, constata-se o conhecido risco de ampliar o universo das chamadas necessidades especiais, nele incluindo o conjunto dos alunos percebidos como problemáticos pela escola e, ainda, atribuindo à área da educação especial a responsabilidade primeira pela educação de todos eles. (GÓES, 2007, p.23).

Cada necessidade deve ser vista pela escola como um ato de crescimento, de enriquecimento, enfim de produzir uma visão de mundo, através do trabalho coletivo, mas também afligir a necessidade individual de cada um. De modo que não passe por constrangimento social, e possa ver que somos parte importante no contexto que estamos inseridos seja na escola, comunidade, família etc. mostrar que as diferenças não nos tornam menos importante.

### **3. DESENVOLVIMENTO**

Questões em torno de segregação, integração e inclusão permitem estabelecer uma mudança em relação às políticas de educação especial no Brasil. Essa era ofertada por muitos anos em instituições filantrópicas com apoio do governo. Hoje algumas instituições filantrópicas ainda oferecem esse apoio. Mas se tornou obrigatório por Lei que o governo seja responsável pela educação das pessoas com deficiência em tudo que for necessário em todas as escolas públicas. Segundo o Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em seu:

Art.5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, 2011).

Com este decreto as pessoas com deficiências poderão se matricular em qualquer escola sendo que elas devem oferecer, o atendimento especializado para cada aluno e sua deficiência específica, como os conteúdos que ampliam seu conhecimento como: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e LIBRAS tátil; Alfabeto digital; Tadoma; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille; Orientação e mobilidade; Informática acessível; Sorobã (ábaco); Estimulação visual; Comunicação Alternativa e Aumentativa -CAA; Desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva.

Deve possuir os seguintes recursos: materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (desenhos, mapas, livros, jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caráter ampliado, com contraste visual, entre outros), tecnologias acessíveis, (teclado de colmeias, sintetizadores de voz, mouses e acionadores, linha Braille, entre outros) e recursos ópticos, engrossadores de lápis, ponteira de lápis tesouras acessíveis, pranchas de Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, plano inclinado, quadro magnéticos com letras aumentadas, entre outros. Esses recursos são relevantes numa sala de atendimento especializado.

As escolas devem disponibilizar atendimento especializado, dependendo do órgão público a implantação, do Tipo I e Tipo II. Sendo que as do Tipo I, são constituídas de monitores, microcomputadores, fones de ouvidos, teclado colmeia, microfones, scanner, impressora a laser, mouse e acionador de pressão, laptop, software para comunicação alternativa, lupa eletrônica e lupas manuais, armário, mesas, cadeiras, quadro melânico, materiais e jogos pedagógicos.

As do Tipo II são constituídas além dos recursos da do Tipo I, são adicionados outros recursos exclusivos para o atendimento de alunos com baixa cegueira, tais como: máquina da datilografia Braille, impressora Braille, punção sorobã, guia de assinatura, reglete de mesa, kit de desenho geométrico acessível, globo terrestre, software para a produção de desenho gráficos e táteis, calculadora sonora. Todos esses equipamentos que possibilitem o aprendizado dos alunos com deficiência visual e outras deficiências.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

A sala deve ter um professor formado em Educação Especial, e domine todos os instrumentos necessários para à educação de tais alunos, onde irá acompanhar toda a trajetória do aluno na escola.

O professor de AEE, acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto é imprescindível uma articulação entre o professor do AEE, e os da sala comum (ROPOLI, 2010, p.23).

Deve trabalhar em parceria com o professor da sala regular e com o apoio da família, pois é muito importante para que possa estabelecer adequação das atividades necessárias ao desenvolvimento do aluno, e ambos acompanhem seu progresso.

O AEE precisa funcionar no turno contrário a escolarização, não precisa ser na mesma escola em que o aluno frequenta a regular. O professor é quem criar o horário de atendimento, não sendo necessários todos os dias da semana. A garantia de acesso e participação na SRM, contribui para melhor desempenho na aprendizagem de alunos com NEE, para que eles possam obter uma aprendizagem satisfatória na sua vida escolar. Essa política significa maior ênfase a convivência regular de alunos especiais nas escolas comuns.

Cabe ressaltar que esse apoio, não basta apenas a implantação da SRM, após a implantação inicia-se investimentos em formação de profissional, mudanças curriculares, e o atendimento desses alunos, dentre outros aspectos o qual irei abordar no decorrer da pesquisa.

#### **4. CONTEXTO METODOLÓGICO**

A metodologia acarreta em um trabalho científico, será pautado na investigação a respeito do tema proposto. Buscaremos dialogar com diferentes autores e documentos que especificam e esclarecem o tema escolhido.

Pesquisa científica é realizada concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagrada da ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa (RUIZ, 2006, p. 48).

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

A pesquisa científica é de suma importância, pois é movida pelo objetivo da descoberta aumentando o conhecimento daqueles que buscam uma resposta para seu objeto pesquisado comprovando a sua existência, visando ao avanço da ciência.

O desenvolvimento desta pesquisa baseia-se em uma abordagem metodológica qualitativa de estudo de fato, para que pudesse investigar o papel da escola, para entender esse processo de inclusão dentro do contexto real. Segundo Gonsalves (2007) preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão a sua prática, o que impõe ao pesquisador. A abordagem qualitativa possibilitou olhar de campo de pesquisa a partir de múltiplas relações que estabelecem e do convívio dos professores com as escolas pesquisadas que nos leva a novos conhecimentos sobre o atendimento especializado. Neste contexto a pesquisa bibliográfica.

É também um trabalho de pesquisa diferenciando-se do levantamento de campo porque busca informações e dados disponíveis em publicações – livros, teses e artigos de origem nacional ou internacional, e na internet, realizados por outros pesquisadores (RODRIGUES, 2007, p. 29).

É um levantamento para ampliar a busca pelos dados e ajudam na análise de coleta de dados a entender o tema da pesquisa, na trajetória de lutas das pessoas com deficiência na busca por uma vida digna de todo ser humano no convívio social. Conduzidos por pensamento, almejamos no decorrer do trabalho compreender as diferentes ideias que nortearam o objeto pesquisado, para posteriormente dialogar sobre as diferentes concepções apreendidas no decorrer das leituras. Para assim tecermos um discussão sobre os resultados obtidos.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na análise será apresentada o resultado dos dados coletados em duas escolas, sendo uma Municipal e outra Estadual, seus nomes são reais por se tratar de órgão público. Os professores entrevistados foram apenas 3 que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, 1 da rede municipal e 2 da rede estadual. Serão identificados por números por

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* questões de ética. Sendo P1 que é do Município, P2 e P3 são do Estado, todos são lotados na SRM.

A SRM da escola municipal onde foi feita entrevista é do Tipo 1, o atendimento iniciou o AEE em 2009, com 2 professores, que não atuam, mais na escola, ambos realizavam o trabalho com atendimento e acompanhamento de alunos com deficiências matriculados não só na escola, mas em outras da rede municipal. Hoje o atendimento é em dois turnos matutino e vespertino, onde apenas uma professora atende os dois horários. Outras informações sobre a escola veremos a seguir na resposta do P1.

Já a SRM da escola estadual onde foram entrevistados dois professores, e sala é do Tipo II, o atendimento no AEE em 2009, sendo que desde na década de 90 a escola já, trabalhava com pessoas deficientes, foi a primeira escola em Humaitá-AM, a desenvolver trabalho de inclusão, hoje a SRM, é composta por 4 professores que, atende em dois turnos matutino e vespertino todos os tipos de deficiência.

Para a coleta de dados foi realizado uma entrevista com questionário contendo 16 perguntas (anexo) todos responderam na presença do entrevistador. As informações contidas nos resultados são de acordo com os professores entrevistados que em Humaitá-AM o surgimento do Atendimento Especializado que é,

O AEE complementa e/ou suplementa a formação, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, e parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola (MAZZOTA, 2005, p. 17).

Que é o objetivo principal desta pesquisa, saber quando as pessoas com deficiência passaram a ter um local para que elas pudessem complementar sua educação. A primeira pergunta teve resposta unanime entre todos os entrevistados tanto da rede municipal quanto estadual. Que era a seguinte: Você poderia nos contar o que conhece sobre a história da Educação Especial no município? Quando e como ela começou?

Todos responderam que teve início em nosso município na Escola Estadual Álvaro Botelho Maia em 1988, denominada Sala Especial, funcionava com 15 alunos com várias deficiências, ficou em atividade até 1993. Em 2004 inicia o trabalho na APAE

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* em nosso município. Em 2005 antes denominada Sala Especial abre com o nome Sala de Recursos Multifuncional na Escola Estadual Álvaro Botelho Maia. Onde era atendido todas as pessoas com deficiência, que estavam matriculados tanto nas escolas estaduais quanto nas municipais e alguns alunos que não estudavam. Tinha apenas uma professora que atendia todas as deficiências. No mesmo ano, como estava difícil atender todas as deficiências juntas, foi dividido uma professora para atender aos alunos cegos, outra para surdos e outra para o atendimento dos discentes com deficiência intelectual. Somente em 2009 inicia-se o trabalho na rede Municipal na escola Irmã Carmem.

Após a resposta foi feita a seguinte pergunta: Quando você começou a atender os alunos com deficiência? P1: “A partir de 2009”. P2: “Em 2009”. P3: “Em 2012”. Podemos observar que dois dos entrevistados começaram a trabalhar na SRM, no mesmo ano de sua implantação no município. A P1, começou na rede municipal como visto foi abrindo novas salas devido a demanda.

Então foi feita a seguinte pergunta: Na época você tinha formação para atuar no AEE? P1: “Não tinha formação porque, porque eu não sabia como era o AEE. Mas eu tinha conhecimento na área de LIBRAS e Deficiência Intelectual”, quando fui convidada pela APAE fazer uma formação nessa área.

P2: “Em 2008, participamos de um curso em Manicoré chamado Educação Inclusiva – Direito à Diversidade, que era dividido em três etapas, este era a primeira que nos anos posteriores teve sequência”

P3: “Sim, o requisito mínimo era que o professor de Língua Portuguesa tivesse um curso em qualquer área da deficiência e eu escolhi a LIBRAS”. A LDB (1996), em seu artigo 59, IV, reconhece a importância de se formar professores especializados para atender pessoas com deficiências, não apenas no atendimento especializado, mas também na sala de aula comum.

Diante do respondido fizemos a próxima pergunta que dá seguimento para melhor desempenho nos atendimentos, que foi: Quais os cursos de formação continuada em Educação Especial foram oferecidos pelo município, estado ou outra instituição? P1: “Primeiro curso que eu fiz foi pela APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), depois uma amiga chamou para participar no curso de formação na UEA (Universidade

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* Estadual do Amazonas), depois o Município através do MEC ofereceu curso de formação de educação no AEE, foi quando fui conhecer o que era AEE”.

P3: “Como mencionei na resposta anterior, o curso foi ofertado pelo MEC em 2008, 2009 e 2011, além da especialização em AEE, também promovido pelo MEC, ocorreu também outros ofertados pela APAE, SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) e UFAM (Universidade Federal do Amazonas) ”.

P3: “O estado sempre oferece formação, mas restringe-se a capital, em 2012 eu fui até Manaus fazer um curso de Braille, depois em 2014 fui fazer um em LIBRAS). Mas desde 2013 a SEDUC oferece curso de LIBRAS mediado por tecnologia”.

Podemos observar que os professores estão sempre recebendo formação, mas o P3, relatou que o estado sempre dá formação continuada, mas restringido para a capital no caso Manaus-AM, sendo que o interior é prejudicado nas formações presenciais. Quanto essa formação é necessária aos nos profissionais. Para (SANTOS, 2010, p.28) [...] “nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdo específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos”. A necessidade do aperfeiçoamento profissional deve ser oferecida a todos os municípios e não só na capital. Pois nem sempre os professores têm condições financeiras de se deslocar de onde morar para participar da formação. Já que o estado oferece apenas o curso e não sede nem passagens, estadia e alimentação. Tornando assim uma grande dificuldade para os professores que moram no interior.

Continuando, voltamos a falar sobre o início da SRM, fizemos a seguinte pergunta: Quantos alunos eram atendidos? Quais eram as deficiências que eles tinham? P1: “De acordo com o colega que estava aqui em 2009 a escola Irmã Carmem ela começou a atender 7 alunos entre eles, surdos, síndrome de Down, deficiência cognitiva, física e visual, no outro ano aumentou para 14 de várias escolas da rede municipal”.

P2: No início quando efetivamos os trabalhos na escola Irmã Carmem atendemos 7 alunos. As deficiências eram: 1 com surdez, 1 baixa visão 2 síndromes de Down, 1 intelectual e 2 física ”.

P3: “ Eu atendia 3 alunos, 2 surdos e 1 cega”.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

Então perguntamos: Onde funcionava a SRM? P1: “ Neste mesmo local, esta sala foi construída para funcionar a SRM”.

P2: “ Na escola Ir Carmem em uma sala ao final da escola”.

P3: “ Na escola Estadual Álvaro Maia”.

Seguimos perguntando: Quem forneceu os materiais necessários para o funcionamento da SRM? P1: “Os materiais 90% foram doados pelo MEC e outros pela própria escola”.

P2: “MEC e a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) ”.

P3: “A SEDUC e a escola”.

Percebemos na resposta de todos os entrevistados que o MEC forneceu material para a SRM, mas o estado e município também deram sua parcela de contribuição para que o AEE, realizasse os trabalhos.

Também perguntamos: Como eram organizados os horários de atendimento? P1: “Funciona de segunda a sexta pela manhã e à tarde. Os alunos eram atendidos no horário das 7:15 as 11:15 hs. Todas as deficiências juntas. Hoje não é mais assim, tem dia para cada deficiência de acordo com a idade é apenas uma hora de atendimento e tem visita a família”.

P2: “De acordo com a assistência que tínhamos no contra turno nos dias de segunda, quarta e sexta. Mas apenas no turno vespertino”.

P3: “Atendia-se no contra turno duas três vezes na semana”.

O AEE, já está há alguns anos fazendo atendimento em nosso município em várias escolas tanto municipal quanto estadual, então perguntamos: Em sua opinião o que mudou desde a criação da SRM para os dias atuais? Existe algo que precisa melhorar?

P1: “Olha o que mudou do início quando começou a SRM, os alunos tinham um ônibus para trazê-los para o atendimento. Hoje não tem mais, talvez por isso os alunos eram mais ácidos, os atendimentos eram todos os dias, hoje os dias foram reduzidos, eles faltam bastante, talvez seja por conta do transporte. Essa falta de transporte precisa melhorar as vezes os pais não têm como trazê-los”.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

P2: “Muita coisa mudou, e pra melhor. A segregação pode ser minimizada, mas precisamos melhorar ainda. O apoio necessário por conta dos familiares e dos setores responsáveis e das escolas, digo dos professores”.

P3: “Sim, muita coisa precisa ainda temos que fazer com o fato de tentar trazer o aluno surdo para aprender a LIBRAS, pois, a evasão deles é muito grande. Além de conscientizar os familiares da inclusão do seu filho na sociedade para que o mesmo torne-se atuante na mesma”.

Houve sim mudança como todos relataram, que precisa ser melhorado o atendimento, mas para que isso aconteça, não depende só dos profissionais e da escola. Como relatado é importante o esforço da família. Muitos dos pais são leigos a deficiência de seu filho, e não sabem a importância desse atendimento para o aprendizado dos mesmos, seja intelectual ou motor. Sabemos que a educação também é responsabilidade da família, garantida por Lei segundo a LDBEN 93.94/96, em seu artigo 2º, então a família deve participar ativamente na educação de seus membros, para que se possa ter uma aprendizagem satisfatória.

Então continuamos as perguntas: Quem encaminhava os alunos a SRM? P1: “A gente ia nas escolas no início do ano fazer um levantamento das crianças com deficiência. Depois a gente marcava reunião com os pais para explicar como funcionava o atendimento, fazer esclarecimento e a importância do atendimento. Hoje é da mesma forma, mas a gente já não vai mais nas escolas. Só avisa o gestor (a) de outras escolas que a gente faz atendimento. Eles ligam se dá para atender. E os familiares se responsabilizam para trazê-los”.

P2: “No início do ano letivo realizamos a triagem nas escolas e em conversa informais com os gestores e professores fazíamos este encaminhamento necessário”.

P3: “As escolas nas quais os alunos estudavam no ensino regular”.

Sabemos que o aluno deficiente precisa está também matriculado na rede regular de ensino para frequentar o AEE. Segundo Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (2009), se aluno frequenta a sala de aula comum e SRM, então perguntamos: Qual a diferença do trabalho do AEE, e do trabalho desenvolvido na sala de aula comum? P1: “O AEE ele é específico para trabalhar com aquela deficiência. Vou

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE* dá um exemplo, um aluno com Síndrome de Down que está escola, a sala comum vai trabalhar o conteúdo específico que tem que ser trabalhado naquela série, para aqueles alunos. O AEE, vai trabalhar com esse aluno o mesmo conteúdo voltado a sua deficiência de maneira lúdica, didática que possibilite ele a aprender. Na sala de aula comum o professor vai estar com várias crianças e seu método é único para todos. Não tem aquela atenção específica para ele como no AEE”.

P2: “Suporte individualizado, a concentração no ensino diferenciado do novo fazer pedagógico”.

P3: “O trabalho no AEE vem complementar o trabalho do professor do ensino regular. Algo muito importante, mas, precisa da colaboração do professor do ensino regular”.

Acreditando que todos são capazes de aprender construindo proposta curriculares com objetivos específicos quando a sala de aula comum trabalha em parceria com a SRM,

[...] Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do AEE, cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular (ROPOLI, 2010, p.19).

A autora reforça o que a professores entrevistado nos relata sobre o trabalho desenvolvido na escola para atender os alunos com deficiência, para garantir seu acesso e permanência na escola.

Sabemos que existem várias deficiências, o professor que trabalha no AEE deve estar apto para lidar com cada uma delas, então perguntamos: Que tipo de formação o professor (a) deve ter para atuação na SRM? P1: “Eu acredito que o professor dependente de ser do AEE ou não ele deve estar sempre buscando formação. Então o professor do AEE deve ter conhecimento em educação no geral, quando falo no geral é a maneira didática e metodológica de ensinar. Por exemplo eu vou ensinar um aluno surdo, tenho que saber LIBRAS e toda a estrutura da LIBRAS, porque não adianta saber o básico, tenho que conhecer porque é uma Língua, tem toda uma estrutura gramatical, como vou ensinar esse aluno, exigir conhecimento, se tu não tem uma metodologia para ensinar”.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

P2: “Inicialmente tem que querer trabalhar com as diferenças e fazer a diferença para aqueles que necessita de seu suporte. Mas as formações continuadas nos auxiliam bastante”.

P3: “Penso que Pedagogia ou Normal Superior, Letras, ou qualquer graduação contando que tenha cursos ou pós-graduação específica para as deficiências que serão atendidas”.

Como citados por alguns sendo necessário que o professor (a) tenha conhecimento na área e queira trabalhar no AEE, pois há resistência por parte deles.

[...]Muitas vezes, os professores consideram que as causas das dificuldades são intrínsecas ao aluno, desconsiderando os contextos ambientais, sociais, as suas próprias atitudes, suas expectativas, desmotivação, a forma como organizam as atividades, a estrutura organizacional da escola, a excessiva burocracia escolar e outros fatores[...] (VITALIANO, p.3).

Que demonstram pouca preocupação de parte de alguns professores com a educação especial. Que ainda não perceberam que a escola é um local de diversidade de pessoas, e quem está inserida neste contexto deve estar sempre preparada a lidar com qualquer situação. Continuamos com as perguntas: Como era organizado o Plano de Atendimento Especializado? E como é hoje?

P1: “Antes a gente tinha um diagnóstico de toda a vida do aluno. Então a gente fazia uma avaliação para saber o grau de conhecimento mais ou menos desse aluno. Hoje a gente aprendeu a fazer o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno), é quase a mesma coisa que o diagnóstico, mas a gente estabelece no plano, o que deseja que esse aluno alcance e desenvolva no seu tempo”.

P2: “De acordo com as potencialidades e as dificuldades de cada aluno e em cima de cada dificuldade trabalhar estas de modo a sanar ou amenizar com prazos definidos ou postergado”.

P3: “ Plano é feito após a observação e entrevista com a família afim, de descobrir as potencialidades e dificuldades a serem trabalhadas na SRM”.

Em nenhuma das respostas foi relatado que o Plano era feito junto com o professor da sala de aula comum já que a SRM, é para complementar o ensino. Mas continuamos para saber se já existe SRM, em todas as escolas e sabe se eles estão sabendo onde tem atendimento foram o local onde os mesmos atuam.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

Então perguntamos: Atualmente quantas SRM têm nas escolas municipais e ou estaduais? Esta pergunta foi específica para quem atua no estado e município.

P1: “Na escola Ir Carmem, escola Áurea Cação, escola Edmee Brasil, escola Lindalva Guerra e escola Dom Bosco”. (Todas são municipais).

P2: “Nas escolas municipais são 5 e estaduais são 2”.

P3: “No estado 2 e no Município temos 5”.

Em Humaitá-AM, temos mais de 20 escolas no geral, então ainda são poucas as escolas que tem o AEE, principalmente na rede estadual onde temos apenas 2 escolas atendendo, em conversas informais é relatado uma grande demanda para as escolas que tem SRM, tornando o trabalho do professor cansativo e com resultado não esperado devido as salas lotadas.

São poucas escolas fazendo esse atendimento em nosso município e desde de 2007 que segundo a Portaria Ministerial nº 13/2007,

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. (BRASIL, 2007, p.1).

Talvez seja por falta de interesse dos governantes de não querer implantar a SRM, em as escolas, ou o MEC, não manda recursos o suficiente para a compra de materiais, então perguntamos: Quais os recursos materiais são disponibilizados no ambiente destinado a este serviço? P1: “Aqui na escola nós temos vários didáticos por exemplo, na parte de informática temos computador, notebook, impressora comum, scanner, caixa de som, tv. Temos material dourado, material em LIBRAS, máquina de Braille, vários jogos adaptados para surdos e cegos. Entre outros”.

P2: “São vários, claro que em algumas já disponibilizam de mais recursos e outras não. Mas podemos contar com computadores, softwares, jogos, maquinas de escrever em Braille, impressoras etc.”.

P3: “A escola sempre fornece os materiais que solicitamos para desenvolver as adaptações necessárias ou criar métodos para facilitar o aprendizado do aluno”.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

Pelo que percebemos em todas as respostas as escolas que tem AEE, tem materiais necessários para a realização do trabalho, mas como relatado na resposta do P2, umas salas dispõem de mais recursos que outras.

Então por fim perguntamos: Há necessidade de apoio financeiro para atender a demanda e funcionamento deste serviço? Qual?

P1: “Eu acho assim há necessidade de demanda financeira. Tipo a TV queimou, o computador quebrou, acho que precisa dessa demanda financeira para a manutenção desses recursos”.

P2: “Acredito que sim, no sentido de aquisição de materiais que a sala ainda não dispõe”.

P3: “Sim, sempre é bom trabalhar com materiais que nos ajude a facilitar a vida do aluno, agora com relação a valores é difícil especificar”.

Diante das respostas dos entrevistados podemos observar que o MEC e outros órgãos públicos, eles mandam os materiais para as escolas, mas esquecem que há uma necessidade de manutenção para que esses materiais não se acabem. E as vezes o professor (a) precisa de algo de mediato, e não tem como comprar, pois, precisa fazer um pedido para o MEC, até que chegue, esse material pode atrasar o trabalho do professor (a), talvez prejudicando muitas vezes até o aprendizado do aluno.

Estas foram as perguntas feitas aos entrevistados, onde eles nos relataram um pouco da história do AEE em Humaitá-AM, e como são os trabalhos realizados nas escolas que eles fazem atendimento. E assim terminamos a análise dos dados coletados esperando ter demonstrado um pouco da educação inclusiva em nosso município.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando nossa pesquisa, cabem algumas condições que nos parece importante no contexto da educação inclusiva. Alguns anos atrás quando uma criança nascia com deficiência, para sua família seria uma longa história de dificuldades que iriam enfrentar. Não apenas por causa da deficiência que tornava difícil a sua existência, mas a maneira como as pessoas e a sociedade se posicionava diante de sua condição física ou mental.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*  
Ser deficiente não era de fácil aceitação nas famílias ou na sociedade por conta dos padrões de normalidades exigido no contexto social.

A Educação Inclusiva no Brasil foi um dos méritos concebidos a essas pessoas depois de tantas reivindicações de democratização do sistema do ensino, que vem mudando gradativamente diante de legislação que favorece integração dessas pessoas com mecanismo necessário para que ela aconteça.

Portanto, a pesquisa abordou o tema: Sala de Recursos Multifuncionais: contribuições na inclusão de alunos com deficiência, em Humaitá-AM. A partir disso, observou que após anos de lutas, a Educação Inclusiva exige que a escola se modernize e aperfeiçoem suas práticas pedagógicas buscando atender a todas as crianças na sala de aula regular e na SRM.

A SRM é um programa do governo federal, destinada a aluno com deficiência física ou Intelectual transtorno global de desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação. A secretaria de educação a adesão a cadastro e a indicação de escolas a serem contempladas pelo governo, e constitui um elemento importante da educação no apoio pedagógico auxiliando os alunos nas suas necessidades, para que ele consiga atingir seus objetivos durante o processo de aprendizagem escolar.

Ao fim da desta pesquisa, ficou claro que a SRM em funcionamento de fato no município de Humaitá, mesmo com algumas dificuldades como o caso apoio da família, falta de transporte, falta dos alunos no atendimento. Mas também temos pontos positivos como salas de aulas do Tipo I e Tipo II, todas com equipamentos necessários para o atendimento, professores capacitados.

Muita coisa ainda precisa melhorar, como abertura de novas salas para atender aos alunos com deficiência matriculados, temos mais de 20 escolas na zona urbana e apenas 2 escolas estaduais tem AEE e 5 escolas municipais possuem sala de AEE, porém apenas 3 estão funcionando, percebemos também que falta formação aos professores de AEE, estes precisam de formação continuada e especialização em educação especial.

Então diante desses resultados podemos conhecer um pouco, como iniciou os trabalhos no AEE em Humaitá-AM, nessa trajetória temos pontos positivos e negativos. E ainda há muito a fazer, mudanças pedagógicas e curriculares para que facilite o

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 0000-000 ON LINE  
aprendizado dessas pessoas, sabemos que os alunos com deficiência são capazes de aprender basta que a escola lhe dê oportunidade e acredite no seu desenvolvimento.

Pois sabemos que o AEE, pouco se fala no Brasil, o investimento na educação inclusiva também é pouco diante de público que a cada dia aumenta sua presença nas escolas. Espero que esta pesquisa sirva como conhecimento a sobre a educação inclusiva e possa provocar novas pesquisas para que possamos ter um acompanhamento do aluno com deficiência e que eles estejam em melhores condições se frequentarem a sala de aula comum e com a complementação do apoio especializado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível. em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso: 26 de mar de 2017.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em 09 de jul de 2017.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº04 de outubro de 2009.** Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva. In: Brasil da Educação Inclusiva, Brasília, 2010.

BRASIL. **Portaria Normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007.** Disponível: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 07 de jul de 2017.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_, **Constituição (1988).** Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades e Especial.** Brasília: Corde, 1994. Disponível em: [www.portal.gov.br](http://www.portal.gov.br). Acesso em: 26 de dez. 2016.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** – 4 ed. - Campinas SP: Editora Alínea, 2007.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Políticas e práticas inclusiva.** 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE*

JANUZZI, G.M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX.** Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiências:** Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2004.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica.** FAETEC/IST Paracambi 2007.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão: a escola comum inclusiva.** Fortaleza: Brasília 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** – 6. Ed. São Paulo: Atlas 2006.

VITALIANO, C. R. **A formação do professor para educação inclusiva na perspectiva de professores atuantes nas séries iniciais.** Universidade Estadual de Londrina – Londrina – PR.[S.A].

**Recebido em 20/10/2017.**

**Aceito: 23/11/2017.**

**Sobre autoras e contato:**

**Eliane Acácia da Silva-** Bolsista do PIBIC 2016/2017. Pedagoga - IEAA/UFAM em Humaitá/AM. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional e Histórico-Cultural da Amazônia – LAPESAM/UFAM. E-mail: eacaciasilva@yahoo.com.br

**Jusiany Pereira da Cunha dos Santos** - Professora do IEAA/UFAM em Humaitá/AM. Mestra em Educação PPGE- UNIR- Porto Velho. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional e Histórico-Cultural da Amazônia – LAPESAM/UFAM. E-mail: jusysantos29@gmail.com.